Questão agrária — não basta criticar

FERNANDO S. JANK

Antes de chegarmos à conclusão de que o socialismo é o único sistema realmente viável (apesar de todas as provas em contrário acumuladas desde 1989), deveríamos tentar encontrar soluções dentro do sistema que aparentemente tem mais chances de dar certo, o capitalismo.

Miséria, fome, favelas e criminalidade. Oligarquias rurais, concentração fundiária, especulação e terras improdutivas. Os dois lados de uma mesma moeda? Muitas pessoas não têm dúvidas disso. A idéia está em programas de partidos, manifestações de líderes de movimentos, cartas de leitores e artigos de intelectuais. O contraste entre essas duas realidades explicaria muito do ambiente social degradado em que vivemos. E a lógica seria mais ou menos a seguinte: devido ao alto e crescente grau de concentração fundiária, e também porque muitos proprietários rurais mantêm suas terras improdutivas para fins especulativos, uma grande massa de trabalhadores se vê expulsa do campo e forçada a estabelecer-se na periferia das cidades, aumentando o número de favelas, a fome, a miséria e a criminalidade, já que nelas não encontram empregos suficientes.

A solução? Em primeiro lugar, conceder terra aos ex-camponeses, sem-terra que sabem utilizá-la, através da concessão de terras públicas e devolutas, da desapropriação de áreas improdutivas e até mesmo — por que não? — de partes de latifúndios produtivos (afinal, é preciso *democratizar* o acesso à terra); depois, dar crédito e assistência a esses novos pequenos produtores, para que possam efetivamente criar suas condições de sobrevivência e finalmente desfrutar dessa nova situação de paz, prosperidade e justiça social. Realmente parece que só falta vontade política. São tantos benefícios: as favelas tenderão a minguar, o aumento da produção agrícola resultará numa oferta mais abundante de alimentos mais baratos, a fome e a criminalidade diminuirão... Simples assim. Não é para menos que os cidadãos bem-intencionados denunciam a questão e apregoam a solução há décadas.

Mas será factível a solução? Terá o poder público recursos suficientes para os elevados gastos necessários (indenizações a ex-proprietários, investimentos em infra-estrutura e concessão de crédito para custeio da produção)? Mais ainda, será viável a solução? Resolverá o problema a longo prazo ou apenas propiciará um alívio momentâneo das tensões sociais? Que significado poderá ter no contexto do sistema econômico e de governo vigente no país, bem como das reformas ora em curso?

As soluções para a questão agrária só são óbvias numa análise muito superficial. Embora cerca de 80% dos brasileiros vivam hoje nas cidades, não se pode apenas pensar na opção mais confortável do ponto de vista do morador urbano, que de fato viu seu ambiente degradar-se violentamente nas últimas décadas. E não é difícil entender que para ele a solução mais natural seja mandar "essa gente miserável" de volta para o campo, para suas regiões de origem. No entanto, talvez seja melhor antes analisar a viabilidade e as previsíveis conseqüências da empreitada.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Estado está falido, não tem recursos para despesas correntes, muito menos para investimentos. Como então querer que consiga recursos para investir num programa de assentamento de famílias de sem-terra do tamanho pretendido pelos críticos do programa atual? Em segundo lugar, mesmo considerando que a inexistência de recursos seja um problema contornável, por quanto tempo o assentamento dos atuais sem-terra eliminaria o problema? Não se pode ignorar que os altos índices de natalidade das famílias rurais trariam o problema à tona novamente, em escala ampliada, em poucos anos. Por outro lado, como se garantiria a sobrevivência, acima do nível da subsistência, dos pequenos produtores assentados, já que o atual ambiente econômico requer aumento crescente da escala e da qualidade de produção, para melhor integração às cadeias industriais que competem agora em escala mundial? Como fazer para que eles consigam pagar os financiamentos concedidos pela sociedade para seu assentamento?

A não ser que o governo e a sociedade se satisfaçam com um eventual estabelecimento de famílias autosuficientes vivendo em nível de subsistência, como em um enorme campo de concentração de miseráveis definitivamente excluídos do resto da nação. Só que, além do problema humanitário que essa solução significaria, provavelmente não é admissível, no novo modelo econômico, forma alguma de favorecimento a empreendimentos que tenham de ser financeiramente suportados pelo Estado com características de investimento a fundo perdido, como deveriam ser enquadrados os financiamentos destinados ao estabelecimento de comunidades de sem-terra incapazes de ultrapassar o nível de subsistência.

Além disso, correr-se-ia o risco de cometer grande injustiça: como conceder essa solução aos sem-terra e nada fazer pelos sem-teto? Pois assim como existem terras a serem ocupadas para produção de alimentos por segmentos carentes da população, existem inúmeros imóveis e terrenos desocupados ou que poderiam ser ocupados por mais de uma família. Aliás, quando se verifica que até mesmo as grandes propriedades produtivas podem ser consideradas desapropriáveis por seu tamanho obsceno, cabe perguntar: não seria o caso também de desapropriar algumas lojas de grandes cadeias de supermercados para os *sem-loja* (os camelôs)? Afinal, para que tanta

loja, para que lojas tão grandes? E assim por diante, para todos os grupos possíveis de *sem-alguma-coisa*.

É preciso notar que aceitar a condição dos sem-terra como um problema a ser resolvido pela sociedade através da redistribuição de patrimônio deve valer para todas as categorias de despossuídos. Afinal, por que motivo a distinção entre direito *de* propriedade e direito *à* propriedade, a que recorrem freqüentemente os intelectuais mais sofisticados, não deveria ser aplicada a todos os setores da sociedade?

Antes de chegarmos à conclusão de que o socialismo é o único sistema realmente viável (apesar de todas as provas em contrário acumuladas desde 1989), deveríamos tentar encontrar soluções dentro do sistema que aparentemente tem mais chances de dar certo, o capitalismo. Nesse caso, a análise da situação começaria com uma simples premissa: o problema talvez não seja a má distribuição dos ativos (bens de produção), mas o baixo nível de emprego, que gera antes de tudo pessoas que poderíamos chamar de os *sem-trabalho*.

Quais seriam as causas desse baixo emprego? Baixos consumo e investimento, devido à política monetária do governo? Excesso de mão-de-obra, principalmente excesso de mão-de-obra desqualificada, devido às altas taxas de natalidade e conseqüente impossibilidade de o governo garantir a formação de grande contingente de pessoas via acesso à saúde e à educação? Custos excessivos para contratação, devido aos encargos sociais elevados e à legislação e à justiça trabalhista contraproducentes? Mudanças estruturais na demanda de mão-de-obra, devido à evolução tecnológica e à globalização da economia? Ou seria pela baixa utilização de ativos como a terra, acarretando menor geração de empregos que a potencial?

Como o importante é não somente reclamar, colocar a culpa no governo ou em tais e quais grupos, propor princípios gerais e freqüentemente impraticáveis, ou ainda apenas dizer que é muito fácil, basta ter vontade política, segue aqui uma sugestão que parte do princípio de que uma das responsabilidades pelo baixo nível de emprego cabe à baixa utilização de ativos como a terra.

O que fazer então para incentivar a produção e o emprego agropecuário? A sugestão, bastante simples, consiste na reforma do imposto territorial rural (ITR), de forma que este passe a ser cobrado como um valor fixo anual de cada unidade de área (por exemplo, *x* reais por hectare), e não mais segundo o valor da terra nua ajustado pelo grau de utilização da propriedade. No entanto, do valor devido por uma propriedade seriam descontados valores já recolhidos no mesmo período-base sob a forma de outros impostos. O saldo constituiria o ITR a pagar, devendo ser quitado pelos proprietários num prazo determinado pelo governo. Os proprietários inadimplentes ficariam sujeitos a ter suas propriedades vendidas em leilões, organizados pelos municípios, para quitação da dívida tributária perante o governo, como um procedimento de cobrança mais rápido e eficaz que o atual.

A idéia que norteia esta sugestão é a de que o ITR deve ser um imposto que combata a manutenção de terras ociosas, incentivando a transferência de terras dos especuladores aos produtores, exatamente como parece ser o objetivo subjacente ao ITR atual. Ocorre que a classificação de propriedades como produtivas ou não, como capazes de exercer sua função social ou não — base do sistema atual —, é complexa, subjetiva e dá margem excessiva a erros, corrupção e questionamentos através de processos judiciais. Por outro lado, que prova melhor existe de que a propriedade é produtiva e exerce sua função social do que os impostos que paga?

Que benefícios se poderiam esperar de uma simples modificação tributária desse tipo? Vejamos alguns deles:

- incentivo ao emprego e à eficiência econômica, pois quem produzisse e vendesse com a intensidade e a lucratividade necessárias para gerar impostos descontáveis em quantidade suficiente passaria a não ter de pagar o ITR;
- desincentivo à sonegação fiscal, pois a venda sem nota não geraria impostos descontáveis;
- provável redução do preço da terra, pois a retenção de terras para especulação passaria a ter custo adicional e perderia atratividade, fazendo com que a oferta de terras para venda aumentasse;
- havendo redução do preço da terra, aumentaria significativamente o investimento agropecuário, já que os custos de aquisição de terra ou de arrendamento costumam ser a variável de maior importância para esse tipo de decisão;
- aumentando o investimento, e conseqüentemente a produção agropecuária, tenderiam a ocorrer aumento do emprego e redução do preço dos alimentos, pelo aumento da oferta;
- por outro lado, como: a) alguns proprietários não conseguiriam trabalhar com a eficiência necessária; b) outros acabariam não utilizando o total das terras aproveitáveis que possuíssem; c) pelo fato das decisões de investimento serem demoradas, sempre existiria um montante de ITR a ser arrecadado pelo governo, possivelmente num volume superior ao atual, em que o cálculo é complicado, a cobrança difícil e a sonegação elevada.

Devem haver várias outras propostas interessantes a serem feitas por participantes do setor agropecuário nacional, visando contribuir para a solução de problemas. É necessário que o setor mude sua postura, passando a ter uma atitude menos reacionária e protecionista. É também preciso que mude sua apresentação, passando a mostrar a realidade, que não é, segundo as palavras de Roberto Rodrigues,[1] a do "jeca-tatu indolente e ignorante" nem a do "feroz latifundiário", estereótipos tradicionais da opinião pública urbana. Talvez uma boa dose de marketing consiga fazer com que o produtor nacional seja visto pela sociedade como seus colegas europeus e norte-americanos: um batalhador incansável e responsável pela segurança alimentar da nação.

Fernando S. Jank é administrador de empresas pela FGV-SP e diretor da Agrindus S. A.

[1] Em A lágrima e o sorriso. *Informativo Rural da SRB*, 2 (60).